

■ NACIONAL

Econ. Brasil

“Deflação é apenas acomodação de preços”

Governo fez questão de explicar que o recuo dos preços em setembro não tem nada a ver com recessão

por Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

O governo estava preocupado, contudo, em justificar que a provável deflação de setembro não é resultado de uma recessão na economia, mas sim da acomodação dos preços em um mercado mais competitivo. Esse pensamento foi transmitido pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, que admitiu a tendência de estabilidade dos índices de preços, ou seja, de eles oscilarem em torno de zero.

“A deflação deste mês não significa uma tendência nem que a economia está estagnada. Está havendo

uma acomodação dos preços, inclusive dos relativos”, afirmou Mendonça de Barros ao divulgar o Boletim de Acompanhamento Macroeconômico elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE). O governo estima uma inflação mensal média de 0,5% nos próximos doze meses, acumulando taxa de 7% ao final desse período. O fim da pressão dos reajustes das tarifas públicas, que voltarão a ocorrer somente em 1997, é um dos fatores que mais contribuirão para o novo patamar da inflação.

A queda acentuada da inflação não pode ser comemorada pelo governo por causa dos efeitos que provoca sobre as taxas de juro reais da econo-

mia. Com o aumento dessas taxas, a dívida mobiliária (em títulos) do governo fica maior. Além disso, o governo não se beneficia do efeito de corrosão da inflação sobre a despesa orçamentária. Na avaliação da SPE, esse efeito negativo é “algo temporário, não definindo uma tendência, que continua sendo a de queda gradual de juros nominais e reais”.

Para reforçar a idéia de que a deflação prevista para setembro não é consequência de um quadro recessivo na economia, Mendonça de Barros citou os últimos dados que mostram recuperação do nível da produção industrial. Lembrou o Indicador de Nível de Atividade (INA) da indústria paulista, calculado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que apresentou crescimento dessazonalizado de 6,9% em julho, sobre junho. As vendas reais dessazonalizadas cresceram 6% na mesma comparação. As estimativas indicam que a produção industrial neste ano terá crescimento em relação a 1995.

Segundo Mendonça de Barros, a acentuada queda na inflação neste mês deve ser olhada com calma, pois está havendo um ajuste estrutural na economia. “Isso não significa que as vendas e a produção estão estagnadas”, afirmou. Para reforçar esse ar-



José Roberto Mendonça de Barros

gumento, ele lembrou o que ocorreu com os preços da gasolina e do álcool. Nesses itens, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), registrou variações negativas de 1,1% em agosto e de 1% na primeira quadrissemana de setembro.

Na avaliação dos economistas do Ministério da Fazenda, depois da liberação dos preços em abril, os postos procuraram melhorar suas margens de lucro, elevando os preços ao consumidor. Passados alguns meses, começam a devolver parte daquela alta, após verificarem que, na ausência da indexação, a demanda reage aos preços.

O boletim da SPE afirma que, “segundo analistas econômicos, a recente queda da inflação e a consequente elevação das taxas de juro reais deverão elevar o custo da dívida pública em mercado neste mês”. “Esse argumento é verdadeiro, pois o estoque da dívida não está diminuindo, o que significa que um aumento da taxa de juro real corresponde, na margem, a um gasto maior com o pagamento de juros reais”, acrescenta o texto. Mais adiante, porém, afirma que isso é temporário, não devendo interferir na tendência de queda lenta das taxas de juro nominais e reais.

Por outro lado, a queda da taxa de inflação, somada à desvalorização da minibanda cambial em 0,6% em agosto, sinaliza uma desvalorização real da taxa de câmbio. Essas duas medidas, em conjunto com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na exportação dos produtos primários e semi-elaborados, apontam para o aumento das exportações. Em consequência, auxiliará na melhoria do resultado da balança comercial, que acumula neste ano (de janeiro a agosto) um déficit de US\$ 937 milhões, em comparação com US\$ 3,9 bilhões negativos no mesmo período de 1995.

A convergência dos índices

(Inflação acumulada em 12 meses - em %)

Período	INPC	IPC-Fipe	IPC-IGP	INCC	IPA ind.	Média	Desvio padrão
Jun/95	33,39	32,31	40,77	37,03	14,05	31,51	10,31
Jul	26,84	28,31	33,65	33,73	11,58	26,82	9,07
Ago	25,80	27,66	21,23	34,37	12,16	26,25	8,54
Set	25,52	27,56	30,21	34,83	14,07	26,44	7,74
Out	23,78	25,47	27,64	34,22	14,57	25,14	7,11
Nov	22,04	23,21	25,34	32,08	13,91	23,32	6,54
Dez	21,98	23,17	25,91	31,48	13,06	23,12	6,71
Ján/96	22,01	24,41	27,24	28,96	12,05	22,93	6,64
Fev	21,64	23,28	26,60	26,46	11,12	21,82	6,35
Mar	20,05	21,24	23,75	23,62	9,83	19,70	5,74
Abr	18,22	20,03	21,84	21,15	8,13	17,87	5,62
Mai	17,27	19,29	21,69	13,78	7,08	15,82	5,68
Jun	16,30	17,84	18,40	12,04	5,89	14,09	5,22
Jul	14,87	15,10	16,24	11,66	4,69	12,51	4,69
Ago	14,28	13,86	15,40	11,23	4,63	11,88	4,33